

BALANÇO PATRIMONIAL
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais)

	2023	2022
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	148.753	76.355
Contas vinculadas	95.172	140.000
Contas a receber	41.397	8.455
Títulos a receber	51	14.448
Devedores diversos	4.261	3.531
Tributos a recuperar	3.386	2.162
Total do circulante	293.020	244.951
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Contas a receber	-	17.363
Cauções e depósitos vinculados	140.253	106.718
Tributos a recuperar de longo prazo	23.471	16.848
Outros créditos	9	9
	163.733	140.938
Investimentos	4.811	4.882
Imobilizado	5.543.051	5.465.235
Intangível	88.938	81.742
Total do não circulante	5.800.533	5.692.797
TOTAL DO ATIVO	6.093.553	5.937.748

BALANÇO PATRIMONIAL
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais)

	2023	2022
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	7.627	5.257
Cauções e retenções contratuais	3.941	4.053
Obrigações sociais e tributárias	24.419	12.217
Provisões para férias e respectivos encargos sociais	5.019	5.425
Débitos de convênios - pessoal cedido	355	355
Outras obrigações	9.247	3.625
Total do circulante	50.608	30.932
NÃO CIRCULANTE		
Recursos Petrobrás S.A. (Refinaria)	725.089	731.609
Tributos diferidos	703.571	697.780
Obrigações tributárias de longo prazo	131.132	95.624
Provisão para contingências	13.128	40.405
	1.572.920	1.565.418
Recursos da União	644.353	644.353
Total do não circulante	2.217.273	2.209.771
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	1.965.486	1.964.552
Reservas de capital	28.606	28.606
Ajuste de avaliação patrimonial	1.377.235	1.383.549
Reservas de lucros	454.345	320.338
Total do patrimônio líquido	3.825.672	3.697.045
TOTAL DO PASSIVO	6.093.553	5.937.748

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
RECEITA LÍQUIDA	358.558	319.774
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Pessoal	(56.412)	(56.663)
Serviços de terceiros	(42.180)	(36.551)
Aluguéis	(4.673)	(4.407)
Depreciações e amortizações	(44.462)	(34.603)
Gerais e outros	(1.159)	(1.804)
Créditos recuperáveis de Pis e Cofins	240	270
	<u>(148.646)</u>	<u>(133.758)</u>
LUCRO BRUTO	209.912	186.016
DESPESAS OPERACIONAIS		
Material	(694)	(1.161)
Serviços de terceiros	(21.404)	(40.783)
Aluguéis	(999)	(1.207)
Tributárias	(2.097)	(2.336)
Indenizações	(3.910)	-
Patrocínios	(1.640)	(340)
Gerais e outras	16.790	(30.435)
	<u>(13.954)</u>	<u>(76.262)</u>
Receitas (despesas) de outras atividades	569	11.361
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	196.527	121.115
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		
Receitas financeiras	23.798	15.265
Despesas financeiras	(25.348)	(21.559)
	<u>(1.550)</u>	<u>(6.294)</u>
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	194.977	114.821
Provisão para Contribuição Social	(17.817)	(10.535)
Provisão para Imposto de Renda	(49.467)	(29.240)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	127.693	75.046

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	127.693	75.046
Outros resultados abrangentes :		
Realização do ajuste de avaliação patrimonial por depreciação	9.566	9.566
Tributos diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial	(3.252)	(3.252)
Resultado abrangente total	6.314	6.314
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	134.007	81.360

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.583.078	28.606	1.389.862	238.978	-	3.240.524
- Aumento de capital do Governo do Estado de Pernambuco:						
Decorrente de inversões financeiras	381.474					381.474
- Realização do ajuste de avaliação patrimonial:						
Pela depreciação de bens classificados no imobilizado			(9.565)			(9.565)
Atualização do passivo fiscal diferido			3.252			3.252
- Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					75.046	75.046
Outros resultados abrangentes					6.314	6.314
- Lucros retidos				81.360	(81.360)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.964.552	28.606	1.383.549	320.338	-	3.697.045
- Aumento de capital do Governo do Estado de Pernambuco:						
Decorrente de inversões financeiras	934					934
- Realização do ajuste de avaliação patrimonial:						
Pela depreciação de bens classificados no imobilizado			(9.566)			(9.566)
Atualização do passivo fiscal diferido			3.252			3.252
- Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					127.693	127.693
Outros resultados abrangentes					6.314	6.314
- Lucros retidos				134.007	(134.007)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.965.486	28.606	1.377.235	454.345	-	3.825.672

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	127.693	75.046
Ajustes para conciliar o lucro do exercício com recursos provenientes das atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	44.462	34.603
Créditos de liquidação duvidosa	8.111	1.210
Provisão para contingências	(26.598)	26.499
Ganho/Perda de capital na alienação de bens	9	(10.974)
Tributos diferidos	5.791	(12.262)
	<u>159.468</u>	<u>114.122</u>
(Aumento) / Redução de Ativos		
Contas a receber	(41.052)	(3.169)
Títulos a receber	14.397	(10.397)
Devedores diversos	(730)	(457)
Tributos e contribuições a recuperar	(7.847)	(4.801)
Cauções e depósitos vinculados	(33.535)	(36.227)
	<u>(68.767)</u>	<u>(55.051)</u>
Aumento / (Redução) de Passivos		
Fornecedores	2.370	(105.960)
Cauções e retenções contratuais	(112)	111
Obrigações sociais e tributárias	47.710	39.795
Provisões para férias e respectivos encargos sociais	(406)	677
Débitos de convênios - pessoal cedido	-	(39)
Provisão para contingências	(679)	(55)
Outros passivos	5.622	637
	<u>54.505</u>	<u>(64.834)</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>145.206</u>	<u>(5.763)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos do Estado de Pernambuco	934	381.474
Recursos da Petrobrás S.A. (Refinaria)	(6.520)	(6.203)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(5.586)</u>	<u>375.271</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Receita da venda de bens	-	14.118
Conta vinculada - execução da obra do canal externo	44.828	(140.000)
Aquisições de investimentos	(26)	(48)
Aquisições de imobilizado	(101.645)	(324.824)
Aquisições de intangíveis	(10.379)	(25.761)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(67.222)</u>	<u>(476.515)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>72.398</u>	<u>(107.007)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	<u>76.355</u>	<u>183.362</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	<u>148.753</u>	<u>76.355</u>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais)

	2023	2022
Receitas		
Tarifas portuárias, arrendamentos e aluguéis	403.012	358.966
Outras receitas	569	11.361
	<u>403.581</u>	<u>370.327</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	7.239	(36.216)
Serviços de terceiros	(61.436)	(74.858)
	<u>(54.197)</u>	<u>(111.074)</u>
Valor adicionado bruto	349.384	259.253
Depreciações e amortizações	(44.462)	(34.603)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	304.922	224.650
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	23.798	15.265
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>328.720</u>	<u>239.915</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	33.905	35.507
Benefícios	11.266	9.556
FGTS	2.541	2.599
	<u>47.712</u>	<u>47.662</u>
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	115.094	84.005
Municipais	7.199	6.028
	<u>122.293</u>	<u>90.033</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	98	371
Aluguéis	5.673	5.614
Outras	25.250	21.188
	<u>31.021</u>	<u>27.173</u>
Lucros retidos	127.693	75.046
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>328.719</u>	<u>239.914</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, cujo capital social pertence integralmente ao Estado de Pernambuco, é uma empresa pública estadual dotada de personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, criada pela Lei Estadual nº 7.763, de 07 de novembro de 1978, e regida pela Lei Estadual nº 16.441, de 30 de outubro de 2018, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, com sede e foro no Município de Ipojuca, situada no Km 10, Rodovia PE-60, Engenho Massangana. SUAPE tem por objeto realizar atividades relacionadas com a implantação e o desenvolvimento de um complexo industrial e portuário nas áreas delimitadas pelo Poder Público.

Dentre os dados operacionais e financeiros do exercício 2023 das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo, Lei nº 13.303/2016, Art. 8º, inciso VI, SUAPE apresenta em suas Demonstrações Contábeis e notas explicativas, além de dados econômico-financeiros, seus propósitos enquanto empresa pública, e entre as ações destacamos:

Desenvolvimento de ações sociais, capazes de melhorar a qualidade de vida, para aproximadamente 6.800 famílias identificadas no Plano Diretor Suape 2030, como ocupantes de áreas incompatíveis com uso habitacional e outros residentes em condições precárias de habitabilidade. Neste intento, o Projeto Habitacional Suape atua em duas linhas de ação, uma é o reassentamento urbano de 1174 famílias que residiam em zonas industriais e de preservação ecológica da área de Suape e o outro trata de obras de melhoria de infraestrutura de oito comunidades do território.

Acompanhamento social dos dois assentamentos rurais, onde foram reassentadas famílias ex-posseiras de Suape. Dentre as ações, foram iniciadas as tratativas para habitação rural, projeto de apicultura, escoamento das produções, dentre outros.

Projetos estruturadores de fomento aos arranjos produtivos locais, na perspectiva de contribuir com o fortalecimento da sustentabilidade social e ambiental do território, trabalhando os negócios de impacto social, a saber: Projeto Tô na Feira, Projeto Comunidades Ecoprodutivas, Associação de Catadores e Artesãos de Materiais Recicláveis da Nova Vila Claudete - NOVACLAU RECICLA, implantação do Espaço Compartilhar - Unidade Massangana, o qual objetiva fornecer à comunidade um ambiente de propagação da informação, lazer e incentivo à leitura.

Em cumprimento à Ação Civil Pública nº 0005552-13.2011.4.058300 esta Empresa através da DSF/CGF, mensalmente, são realiza a entrega de cestas básicas e o pagamento de auxílio defeso aos pescadores da Colônia Z-8 indicados na referida ação.

1.1 CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO PORTO DE SUAPE

Em 12 de setembro de 2022 foi celebrado o Convênio de Delegação de Competências para Exploração do Porto de SUAPE, firmado entre o Estado de Pernambuco e o Ministério de Infraestrutura. A partir desse convênio as licitações de novos arrendamentos passam a ser realizadas diretamente pelo porto. Dessa forma, os projetos portuários previstos para Suape não entrarão na fila de arrendamento do Governo Federal, reduzindo o prazo para finalização de todo o processo. Também será absorvida pelo Porto a competência pela gestão dos contratos atualmente vigentes, inclusive os reequilíbrios, renovações e antecipações contratuais.

1.2 TERMO DE TRANSAÇÃO CELEBRADO COM O ESTADO DOS PAÍSES BAIXOS

Em 2022 SUAPE firmou Termo de Transação com ESTADO DOS PAÍSES BAIXOS, onde as partes se comprometeram a por fim às ações judiciais propostas, de parte a parte, relacionadas ao objeto do Contrato nº 073/2011, ao passo que o Consórcio VAN OORD se comprometeu a executar o remanescente de obras de serviços de dragagem necessários à conclusão do canal externo e SUAPE realizar o pagamento de R\$ 480.000.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões de reais) – sendo R\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais) com recursos do acionista Governo do Estado de Pernambuco e R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) com recursos próprios de SUAPE.

1.3 CONVÊNIO Nº DNIT/AQ/0279/2006

Em 29 de dezembro de 2006, foi firmado um Convênio, denominado “CONVÊNIO Nº DNIT/AQ/0279/2006”, de Apoio Técnico e Financeiro celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e SUAPE, para execução da dragagem e melhoramento da infraestrutura do Porto de SUAPE, conforme Plano de Trabalho constante do Processo Administrativo nº 50.600.010126/2006-03. Os serviços são: execução de acesso rodoferroviário a Ilha de Tatuoca; execução de acesso aquaviário através de dragagem do canal interno; e fiscalização das obras e serviços. O prazo de vigência era até 31 de outubro de 2007.

Em 31 de Outubro de 2007, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 31 de agosto de 2008.

Em 31 de dezembro de 2007, foi firmado o 2º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objeto alterar quantitativos e incluir serviços, bem como aprovar ajustes necessários ao respectivo Plano de Trabalho, na forma de seu anexo, face aos motivos e justificativas constantes do Processo SEP nº 00045.000082/2007-51, e Vincular o Empenho à conta do aporte de recursos da União corresponde às dotações de recursos de crédito extraordinário/2007, aprovada pela Lei no 1 1.544, de 13/11/2007, publicada no Diário Oficial da União em 14/11/2007.

Em 29 de agosto de 2008, foi firmado o 3º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 30 de abril de 2009.

Em 30 de Abril de 2009, foi firmado o 4º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 30 de abril de 2010.

Em 30 abril de 2010, foi firmado o 5º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 30 de abril de 2011.

Em 29 de abril de 2011, foi firmado o 6º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 31 de janeiro de 2012.

Em 31 de Janeiro de 2012, foi firmado o 7º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 30 de abril de 2012.

Em 30 de abril de 2012, foi firmado o 8º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 31 de maio de 2013.

Em 29 de maio de 2013, foi firmado o 9º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, foi firmado o Termo Aditivo nº 10, que tem por objetivo a prorrogação o prazo da vigência transferindo seu término para 31 de julho de 2014.

1.4 TERMO DE ADIANTAMENTO DE TARIFA E COMPENSAÇÃO FUTURA E CRITÉRIOS DE INVESTIMENTO E OUTRAS AVENÇAS

Em 18 de agosto de 2008 foi firmado o Termos de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimento e Outras Avenças entre a Petrobras, Governo do Estado de Pernambuco e SUAPE, com o objetivo de viabilizar o projeto da Refinaria em SUAPE, denominada Refinaria Abreu e Lima. Este termo de adiantamento tem por objetivo estabelecer as condições em que serão operacionalizados os investimentos no Porto de SUAPE, com os recursos do adiantamento de tarifa a ser promovido pela Petrobras em favor de SUAPE, definir a sistemática de compensação desse adiantamento, estabelecer responsabilidades de cada uma das partes no exercício das obrigações impostas por esse termo.

O valor total do investimento será de R\$ 475.710 mil, onde R\$ 310.268 mil serão adiantados pela Petrobras e compensados por SUAPE à Petrobras da seguinte forma: serão movimentados pelo Porto de SUAPE 422.147.180 de carga destinada ao uso da refinaria, preferencialmente pelo píer PGL-03, com pagamento de 50% do volume de toneladas pela tarifa portuária vigente à época de cada operação, pela Petrobras ou por empresa por ela indicada. Os 50% restantes do volume em toneladas serão contabilizados pelo valor da tarifa vigente na época da assinatura deste Termo (R\$ 3,98 – três reais e noventa e oito centavos/tonelada), caracterizando a compensação do adiantamento realizado pela Petrobras.

O prazo previsto para compensação das tarifas pagas em adiantamento será de 25 anos. A compensação será considerada integralmente realizadas quando o total de carga for atingido, independentemente da previsão de prazo. O valor de R\$ 165.443 mil serão utilizados para a construção das obras previstas desse termo necessárias às instalações futuras das tubulações e a título da exclusividade e da preferência constante deste termo, durante o seu prazo de vigência.

Em 27 de abril de 2009 foi firmado o Termo Aditivo nº 1, que tem por objeto a cessão total do termo nº 6000.00.45312.08-4 (de adiantamento de tarifa e compensação futura e critérios de investimento e outras avenças), pela Petrobras, em face da refinaria, para modificar o valor da tarifa que caracteriza a compensação do adiantamento realizado pela Petrobras. Por meio deste aditivo, a Petrobras cede para Refinaria Abreu e Lima S.A. o Termo de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimentos e Outras Avenças nº 6000.00.453.08-4.

Em 1º de março de 2010 foi firmado Termo Aditivo nº 2, do Termo nº 8500.0000011.09.4, que considera que há necessidade de melhor definir as Etapas – Marcos de Medição, das Obras da Variante de Acesso a SUAPE – *Express Way* – com ressarcimento, que as etapas não apresentam-se subdivididas conforme as Etapas de Construção: 01- Duplicação do Tronco Distribuidor Rodoviário Norte (TDR-Norte) e 02 – Implantação do Contorno do Cabo de Santo Agostinho.

Em 1º de dezembro de 2010 for firmado o 3º Termo Aditivo ao Termo de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimento e Obras e Outras Avenças. As obras passam a ter os seguintes prazos de conclusão: dragagem da bacia de evolução, até julho de 2010; construção do píer petroleiro (PGL-03), até dezembro de 2010; melhoramento da via de acesso ao píer petroleiro (PGL-03), até dezembro de 2010; sinalização náutica do canal de acesso e bacia de manobra, até dezembro de 2012; realização de serviços preliminares, realização de serviços diversos, variante de acesso a SUAPE (*Express Way*), até abril de 2012; duplicação da rodovia PE-60, no trecho entre o acesso principal de SUAPE e o entrocamento do novo acesso à zona industrial portuária, e da rodovia do novo acesso à zona industrial portuária, até maio de 2011; execução de obras de reforço aos cabelos do recifes no Porto de SUAPE, até junho de 2012; fiscalização/gerenciamento das obras.

Em função da inclusão de novas obras, foram alteradas as seguintes cláusulas: instituir hipoteca ou penhor sobre bens não afetados cujo valor de avaliação seja equivalente a 65%; que deverá ser avaliada por empresa privada, especializada no ramo imobiliário, previamente aprovada pela Petrobras; e agravantes instituídos por força deste item deverão ter duração idêntica à vigência deste termo; e emissão de notas promissórias e recibo por SUAPE, em benefício da Refinaria, no valor de cada reembolso efetivado, totalizando o montante do adiantamento que será objeto de compensação, R\$ 463.856 mil.

Em razão da necessidade de revisão, as obras passam a ter os seguintes prazos de conclusão: tubovia, engordamento interno do molhe para criação de faixa de servidão para tubulação, reforço para tubulações, reforço externo do molhe, até dezembro de 2012; e, prolongamento do molhe principal, até abril de 2010, no montante de R\$ 165.443 mil.

O Estado e SUAPE assumem a obrigação de executar a obra de Dragagem e derrocamento do canal marítimo de acesso ao Porto de SUAPE, até dezembro de 2012, no valor de RS 200.000 mil.

1.4 TERMO DE ADIANTAMENTO DE TARIFA E COMPENSAÇÃO FUTURA E CRITÉRIOS DE INVESTIMENTO E OUTRAS AVENÇAS – continuação

O Estado e SUAPE assumem, sem ônus para a Refinaria, a obrigação pela manutenção do canal marítimo de acesso ao Porto de SUAPE, da bacia de evolução, das estruturas civis dos piers e da faixa de servidão da tubovia no porto externo, e de outras instalações portuárias.

O valor total do investimento passa a ser de R\$ 829.298 mil, onde R\$ 463.856 serão adiantados pela Refinaria e compensados por SUAPE à Refinaria da seguinte forma: serão movimentadas pelo Porto de SUAPE 485.469.257 toneladas de carga destinada ao uso da Refinaria, preferencialmente pelo píer PGL-03, com pagamento de 169.921.499 toneladas pela tarifa portuária vigente na época de cada operação, pela Refinaria ou por empresa por ela indicada; a movimentação de 315.547.758 toneladas será faturada pelo valor da tarifa acordada neste Termo (R\$ 1,47 — um real e quarenta e sete centavos/tonelada), deferida nos termos da Portaria de SUAPE no 014/2009, caracterizando a compensação do adiantamento realizado pela Refinaria.

Se o valor de R\$ 829.298 for superior ao valor total dos contratos, ele deverá ser reduzido mediante um Termo Aditivo, se inferior, o Estado e SUAPE arcarão com os valores que excederem aos valores antecipados pela Refinaria.

O prazo previsto para compensação das tarifas pagas em adiantamento será de 25 anos e será considerada integralmente realizada quando o total de carga expresso for atingido, independentemente da previsão de prazo feita.

A operacionalização do faturamento, por período de medição, das cargas movimentadas, no Porto de SUAPE em tonelada, pela Refinaria ou por empresa por ela indicada, se dará da seguinte forma: 35% do faturamento se dará pela tarifa portuária vigente a época de cada operação; e, 65% do faturamento se dará pela tarifa de R\$ 1,47 (um real e quarenta e sete centavos/tonelada), deferida nos termos da Portaria de SUAPE no 014/2009, caracterizando a compensação do adiantamento realizado pela Refinaria.

Em 1º de julho de 2011 foi firmado o Termo Aditivo nº 4, tem por objeto o Estado e SUAPE assumirem as obrigações de: garantir o fornecimento de água para a refinaria, na vazão de 2.000m³/h, a partir de agosto de 2010; a Refinaria pagará a tarifa correspondente ao fornecimento de água previsto à concessionária local, solucionar as pendências existentes junto ao Registro de Imóveis de Ipojuca para possibilitar o registro dos 2 terrenos doados à Refinaria para construção da refinaria; acompanhar a execução das etapas das obras restantes; instituir hipoteca ou penhor sobre bens não afetados cujo valor de avaliação seja equivalente a 65% a avaliação deverá ser ratificada por empresa privada, especializada no ramo imobiliário, aprovado pela Refinaria; emitir notas promissórias e recibo por SUAPE, em benefício da Refinaria, no valor de cada desembolso efetivado, totalizando o montante do adiantamento que será objeto de compensação de R\$ 463.856 mil; viabilizar a utilização do píer petroleiro PGL-2 do Porto de SUAPE, no caso de obras de construção do píer petroleiro PGL-03 não ficarem prontas no prazo; fornecer ou manter acessível balanço anual de SUAPE devidamente auditado, assim como o balancete trimestral não auditado para Refinaria e conceder, pelo prazo de duração deste termo, exclusividade no acesso à tubovia que ligará a refinaria ao novo píer petroleiro PGL-03 o uso preferencial desse novo píer petroleiro PGL-03, e a prioridade na atracação à Refinaria ou à empresa por ela indicada, independentemente da programação antecipada, conforme estabelecido no artigo 58, 20 da Lei 9.478/1997.

Em 1º de dezembro de 2011, foi firmado o 5º Termo Aditivo ao Termo de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimento e Outras Avenças. O presente termo aditivo tem por objeto ratificar o disposto no item 6.1.5 da cláusula sexta, com a inclusão de um subitem informando que a previsão se aplica a todos os repasses efetuados no bojo do presente termo.

Em 2 de julho de 2011, foi firmado o 6º Termo Aditivo ao Termo de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimento e Outras Avenças. O presente Termo Aditivo tem por objeto a adequação do anexo 2, relativo ao critério para

a medição e a adequação das datas previstas para conclusão das obras. As obras passam a ter os seguintes prazos de conclusão: Variante de acesso a SUAPE (*Expresso Way*) e, Duplicação da Rodovia PE-06, no trecho entre o Acesso Principal de SUAPE e o entroncamento do Novo Acesso à Zona Industrial Portuária e da Rodovia do Novo Acesso à Zona Industrial Portuária, até dezembro de 2012; Execução de obras de reforço aos cabeços dos arrecifes no Porto de SUAPE, até outubro de 2012; e Dragagem e derrocamento do canal marítimo de acesso ao porto de SUAPE, até agosto de 2013.

1.4 TERMO DE ADIANTAMENTO DE TARIFA E COMPENSAÇÃO FUTURA E CRITÉRIOS DE INVESTIMENTO E OUTRAS AVENÇAS – continuação

Em 2 de dezembro de 2013, foi firmado o 7º Termo Aditivo ao Termo de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimento e Outras Avenças. O presente Termo Aditivo tem por objeto descrever a metodologia para a operacionalização da compensação dos créditos associados aos adiantamentos de tarifas portuárias, bem como a operacionalização dos pagamentos referentes às movimentações de cargas. As partes vem ratificar o seguinte: 35% das toneladas movimentadas serão pagas à tarifa vigente à época da movimentação das e 65% das toneladas movimentadas serão compensadas com os créditos que a Refinaria possui junto à SUAPE, considerado para tanto o valor da tarifa de R\$ 1,47 (um real e quarenta e sete centavos), por tonelada movimentada O valor de R\$ 1,47 (um real e quarenta e sete centavos) permanecerá constante até a completa realização dos créditos. Os créditos mencionados acima correspondem à quantidade de 315.547.758 toneladas, contabilizado ao valor de R\$ 463.856. O valor do desconto será deverá ser obtido multiplicando-se 65% das toneladas pelo resultado da diferença entre a tarifa vigente e a tarifa de R\$ real e quarenta e sete centavos). O valor da compensação deverá ser calculado multiplicando-se 65% das toneladas, movimentadas pela tarifa de R\$ 1,47 — um real e quarenta e sete centavos, que permanecerá constante até a completa realização dos créditos. SUAPE somente fará a cobrança financeira de 35% das toneladas movimentadas à tarifa vigente à época de cada movimentação de cargas.

1.5 TERMO DE COMPROMISSO Nº 004/2009

Em 31 de dezembro de 2009 foi firmado o Termo de Compromisso nº 004, entre si União, por intermédio da Secretaria Especial de Portos — SEP/PR, e a Administração do porto de SUAPE Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, para Construção de acesso Rodoferroviário às Ilhas de Tatuoca e Cocaia.

O prazo de vigência e de execução deste Termo de Compromisso seria até 30 de abril de 2011, poderá ser prorrogada mediante termo aditivo, por solicitação do Porto de SUAPE, devidamente fundamentada, formulada 30 dias antes do seu término.

Os recursos correspondentes a este Termo de Compromisso, equivalentes a R\$ 71.562, sendo R\$ 68.000 previstos na funcional programática 26.782.1459.108Z.0026 "Construção do Sistema Viário Interno a Ilha de do Porto Interno de SUAPE" e R\$ 3.562, relativos à contrapartida de SUAPE, de que trata o art. 43 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, estão consignados através da Lei Estadual.

Em 29 de abril de 2011 foi firmado o Termo Aditivo nº 1 ao Termo de Compromisso no 4/2009, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência para 30 de novembro de 2012 e alteração da cláusula da liberação dos recursos, no qual quando a liberação do recurso ocorrer em 3 ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à apresentação de prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada, composta da documentação específica nos itens III a VII do art. 28 da IN/STN nº 01/97.

Em 30 de novembro de 2012 foi firmado o Termo Aditivo nº 2, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 31 de maio de 2013.

Em 29 de maio de 2013 foi firmado o Termo Aditivo nº 3, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 31 de dezembro de 2013.

Em 27 de dezembro de 2013 foi firmado o Termo Aditivo nº 4, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 31 de julho de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu em 11/04/2024.

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

São os seguintes os principais princípios e práticas contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para redução ao valor recuperável e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Empresa são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar e fornecedores.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

e) Contas a Receber

Registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração no mercado de atuação da Empresa, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese.

f) Tributos a compensar

Refere-se, principalmente, a créditos tributários sobre bases de cálculos negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda (IR) e ao pagamento antecipado de CSLL e IR, calculados e registrados conforme legislações vigentes.

g) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição deduzido das provisões para desvalorizações, quando aplicável;

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS - continuação

h) Imobilizado

Os grupos de: terrenos, edificações e terminais portuários, são demonstrados pelo custo de aquisição acrescido da mais valia resultado do custo atribuído (*deemed cost*), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC, com base em avaliações efetuadas por avaliadores independentes, deduzida a subsequente depreciação, exceto para terrenos.

Demais itens do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, menos a correspondente depreciação acumulada. Os encargos de depreciação, amortização e exaustão foram calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para SUAPE. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

i) Intangíveis

Representado por aquisição de licenças de uso de softwares, estudos e projetos, registrado pelo custo de aquisição.

j) Demais Ativos Circulantes e Não-Circulantes

Representados principalmente por: créditos de alienações de terrenos, depósitos e cauções judiciais, estão registrados de acordo com as condições contratadas, sendo que os referentes a tributos a recuperar segue a legislação vigente, sendo classificados como Não Circulante (RLP) os com vencimento após o encerramento do exercício subsequente, ou sem previsão definida de realização.

k) Obrigações com fornecedores, sociais e tributárias, e as demais obrigações

Estão registrados tendo por base a legislação vigente, sendo que os classificados como Não Circulantes terão vencimento após o exercício subsequente;

l) Provisão para contingência

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

m) Recursos da União (subvenções)

Recursos decorrentes do Convênio 08/1995. De acordo com a Cláusula Oitava – Disposições Finais – todos os bens adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos previstos nesse convênio ficarão sob gestão e guarda de SUAPE, cabendo ao Ministério dos Transportes definir a destinação dos mesmos, após a extinção do Convênio.

Estão classificados no passivo não circulante, consoante entendimento emanado da Resolução CFC nº 1.143, de 21.11.2008, que aprovou a NBC T 19.4 – Subvenção e Assistência Governamentais. Referida Resolução, em item 14, destaca que, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo.

Em virtude de sua natureza, essas contas não representam obrigações financeiras e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros.

n) Reconhecimento da receita

A Empresa reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS - continuação

i. Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa.

ii. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

o) Contribuição Social e Imposto de Renda

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil, e 9% sobre o lucro tributável, respectivamente, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, quando aplicável, compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O tributo diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Fundo fixo	-	4
Contas bancárias à vista	18	608
Aplicações financeiras	148.735	75.743
	148.753	76.355

As aplicações financeiras registradas como equivalentes de caixa, estão representadas por recursos aplicados substancialmente em fundos de investimento de renda fixa, administrados pelo Banco Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa DI, sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Empresa.

5. CONTAS VINCULADAS

Refere-se a conta vinculada e destacada no Banco do Brasil, no montante de R\$ 95.175 (2022 – R\$ 140.000), correspondente ao valor integral necessário para o pagamento da execução do remanescente das obras e serviços de dragagem do canal de acesso ao Porto, conforme Termo de Transação celebrado entre SUAPE e a VAN OORD.

6. CONTAS A RECEBER

Créditos decorrentes da prestação de serviços portuários e arrendamentos de áreas.

	31.12.2023	31.12.2022
Valores a receber	58.129	22.410
Provisão para perdas prováveis	(16.732)	(13.955)
	41.397	8.455

7. TÍTULOS A RECEBER

Créditos decorrentes de alienações de terrenos, destinados à implantação de unidades industriais, mediante contratos de compra e venda oriundos de concorrências públicas de acordo com a Lei nº 8.666/93 e subsequentes, atualizados monetariamente de acordo com a variação do IGP-M.

	31.12.2023	31.12.2022
Títulos a receber	5.952	16.349
Provisão para perdas prováveis	(5.901)	(1.901)
	51	14.448

8. DEVEDORES DIVERSOS

	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamentos a empregados	543	419
Créditos de pessoal cedidos a outros órgãos	0	327
Convênio Rota do Atlântico	3.236	2.234
Outros devedores	482	551
	4.261	3.531

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31.12.2023	31.12.2022
IRRF sobre aplicações financeiras	1.318	-
IRPJ – Saldo negativo	759	759
CSLL – Saldo negativo	154	623
ISS	236	208
ICMS	26	26
PIS/PASEP	125	80
COFINS	574	366
Outros	194	100
	3.386	2.162

10. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	31.12.2023	31.12.2022
Contas a receber	(a) -	17.363
Cauções e depósitos vinculados	(b) 140.253	106.718
Tributos a recuperar a longo prazo	(c) 23.471	16.848
Outros	9	9
	163.733	140.938

a. CONTAS A RECEBER

	31.12.2023	31.12.2022
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	-	17.363
Demais contas a receber	179	179
Provisão para perdas prováveis	(179)	(179)
	-	17.363

b. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos em contas de poupança de cauções de fornecedores	2.746	2.582
Depósitos judiciais – trabalhistas, indenizações de posse, taxa de ocupação e outros	26.544	29.826
Depósito judicial – Processo de Imunidade do IRPJ	110.963	74.310
	140.253	106.718

c. TRIBUTOS A RECUPERAR A LONGO PRAZO

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo Negativo de IRPJ vinculado ao Processo Judicial de Imunidade Tributária	23.471	16.848

11. INVESTIMENTOS

	31.12.2023	31.12.2022
Propriedades para investimentos	4.700	4.797
Outros investimentos	111	85
	4.811	4.882

12. IMOBILIZADO

	31.12.2023			31.12.2022
	Custo	Avaliação a Valor Justo	Depreciação Acumulada	Líquido
Bens em uso:				
• Terrenos	174.544	1.621.072		1.778.205
• Terminais portuário	1.786.531	523.703	(78.713)	1.470.100
• Edificações	927.458	28.037	(317.805)	74.577
• Máquinas e equipamentos	4.913	-	(1.829)	1.733
• Veículos	743	-	(604)	263
• Móveis e utensílios	4.583	-	(4.097)	1.185
• Computadores e periféricos	2.167	-	(1.808)	729
• Instalações	12.335	-	(3.528)	9.634
	2.913.274	2.172.812	(367.330)	3.336.426
• Obras em andamento	865.349	-	-	2.128.809
	3.778.623	2.172.812	(367.330)	5.465.235

13. INTANGÍVEL

	31.12.2023		31.12.2022
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
• Licença de uso de software	1.506	(803)	703
• Estudos e projetos	46.990	(12.997)	33.993
• Banco de dados	700	(618)	82
• Pesquisas	1.244	(1.214)	30
• Aforamento de áreas – honorários	14.188	(12.769)	1.419
• Reflorestamento	52.711		52.711
	117.339	(28.401)	88.938
			81.742

14. FORNECEDORES

	31.12.2023	31.12.2022
Materiais	210	55
Serviços	7.417	5.202
	7.627	5.257

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	31.12.2023	31.12.2022
Salários e remunerações	1.661	1.736
INSS	1.894	1.403
FGTS	296	332
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.365	1.533
PIS Faturamento	377	422
COFINS	1.763	1.945
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	401	732
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	4.222	3.271
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	9.701	-
ISS Próprio	970	355
ISS Retido na Fonte	1.715	429
Outros	54	59
	24.419	12.217

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamento de clientes	7.726	2.150
Convênio SENAI	912	912
Outras	609	563
	9.247	3.625

17. RECURSOS PETROBRAS S.A. – REFINARIA ABREU E LIMA

Em 28.02.2007 a PETROBRAS, o ESTADO e SUAPE assinaram Termo de Compromisso com o objetivo de viabilizar o projeto da Refinaria Abreu e Lima em SUAPE.

Em 18.08.2008 foi formalizado o Termo de Adiantamento de Tarifa Portuária e Compensação Futura, que tem por objeto **(i)** estabelecer condições em que serão operacionalizados os investimentos por SUAPE com os recursos do adiantamento de tarifa a ser promovido pela PETROBRAS; **(ii)** definir a sistemática de compensação desse adiantamento e **(iii)** estabelecer as responsabilidades.

O referido Termo foi, em 01.12.2010, aditado pela terceira vez, passando a ter o valor global - conforme cláusula quinta - de R\$ 829.297 mil, sendo R\$ 463.855 mil adiantados pela Refinaria e compensados por SUAPE; R\$ 165.442 mil para construção das obras previstas no item 2.3 do Termo e, R\$ 200.000 mil para construção de novas obras previstas no item 2.4 do Termo. Em 11.07.2011, foi firmado o quarto aditivo que objetivou ratificar a intenção das partes e realizar a adequação dos termos e cláusulas.

O adiantamento de valores pela PETROBRAS tem o intuito de possibilitar a partida da Refinaria, cujo investimento terá o seguinte tratamento:

- a) compensação por SUAPE à PETROBRAS, mediante a movimentação de carga destinada ao uso da refinaria;
- b) utilização para a construção das obras necessárias às instalações futuras das tubulações, sem ressarcimento.

<u>Liberações:</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Vinculadas ao orçamento de adiantamento de tarifa portuária (item a)	401.647	408.167
Vinculadas ao orçamento de obras de exclusividade e preferência (item b)	323.442	323.442
	725.089	731.609

Os recursos recebidos sem previsão de ressarcimento, vinculados ao orçamento de obras de exclusividade e preferência (item b), aguardam avaliação sobre sua natureza, a fim de que lhes sejam atribuídas a classificação contábil adequada.

18. TRIBUTOS DIFERIDOS

Os Tributos Diferidos correspondem ao Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos no Brasil, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Base de cálculo dos Tributos Diferidos		
Ajuste de avaliação patrimonial	2.086.720	2.096.286
Provisão para contingências	(13.807)	(40.405)
Acordo judicial a pagar	0	-
Notas fiscais a cancelar	(3.531)	(3.531)
	2.069.382	2.052.350
Tributos Diferidos		
IRPJ - 25%	517.332	513.073
CSLL - 9%	186.239	184.707
	703.571	697.780

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS DE LONGO PRAZO

	31.12.2023	31.12.2022
Processo Judicial de Imunidade Tributária do IRPJ	131.132	95.624

20. CONTINGÊNCIAS

a. PERDAS PROVÁVEIS – PROVISÕES CONSTITUÍDAS

Em 31 de dezembro de 2023 a Empresa mantém registrada provisão para perdas em processos de natureza cível, trabalhista, tributária, administrativo-econômico e ambiental. Baseada na opinião dos consultores jurídicos, as ações cujas probabilidades de perda foram consideradas como "prováveis", montam a R\$ 13.128 (2022 – R\$ 40.405). A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está assim demonstrada:

	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhista	7.961	9.122
Cível / Tributária / Ambiental	5.167	31.283
	13.128	40.405

b. PERDAS POSSÍVEIS – PROVISÕES NÃO CONSTITUÍDAS

Em 31 de dezembro de 2023, os valores dos processos judiciais avaliados com o grau de risco de perda possível e não provisionados estão estimados em R\$ 130.289.

21. RECURSOS DA UNIÃO

Recursos provenientes de convênios celebrados com o Governo Federal para realização de obras de infraestrutura no Porto de SUAPE, compostos da seguinte forma:

Termo de Compromisso / Convênio	Objeto	Vigência	Liberações (líquidas das devoluções)
Convênio 021/91 (DNIT)	Recuperação e ampliação de linha férrea	Dez/91 a jan/93	772
Convênio 013/92 (DNIT)	Melhoramentos do Porto de SUAPE	Dez/92 a dez/93	1.075
Convênio 004/94 (DNIT)	Dragagem no Porto de SUAPE	Nov/94 a dez/95	1.214
Convênio 007/95 (DNIT)	Complementação e melhoramento do Porto de SUAPE	Out/95 a dez/95	1.069
Convênio 008/95 (DNIT)	Complementação e melhoramento do Porto de SUAPE	Nov/95 a dez/08	387.416
Convênio 279/06	Execução das obras e serviços de dragagem do canal de aproximação e construção civil do sistema rodoferroviário de acesso à Ilha de Tatuoca	Dez/06 a dez/14	71.844
TC 002/2009	Dragagem do canal de acesso e canais de aproximação ao estaleiro atlântico sul no porto interno de SUAPE	Dez/09 a dez/14	71.512
TC 004/2009	Execução das obras e serviços de construção do acesso rodoferroviário às Ilhas de Tatuoca e Cocaia	Dez/09 a mai/11	65.849
TC 002/2010	Execução da dragagem de aprofundamento do canal de acesso para compatibilizar o traçado geométrico e as profundidades com porte dos navios petroleiros que demandarão ao píer petroleiro no Porto de SUAPE.	Dez/10 a mai/13	39.000
Valor original dos repasses			639.751
Correção monetária			4.602
Total dos repasses corrigidos			644.353

Os bens adquiridos ou construídos com os recursos provenientes dos convênios celebrados com a **UNIÃO**, por intermédios da Secretaria de Portos e Ministério dos Transportes, terão suas destinações definidas, posteriormente, pela concedente (**UNIÃO**).

22. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, o Capital Social é de R\$ 1.965.486 (2022 - R\$ 1.964.552) e pertence integralmente ao Governo do Estado de Pernambuco.

23. RECEITA DE VENDA DE SERVIÇOS E ARRENDAMENTOS

	2023	2022
Tarifas portuárias	143.432	119.364
Contratos de arrendamento e aluguéis – dentro da área do porto	252.046	233.335
Contratos de arrendamento e aluguéis – fora da área do porto	1.092	1.788
Outras receitas	7.951	4.841
	404.521	359.328
Impostos incidentes	(45.963)	(39.554)
	358.558	319.774

24. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2023	2022
Pessoal	56.412	56.663
Serviços de terceiros	42.180	36.551
Aluguéis	4.673	4.407
Depreciações e amortizações	44.462	34.603
Gerais e outros	919	1.534
	148.646	133.758

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2023	2022
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	194.977	114.821
Adições	14.356	38.508
Exclusões	(28.401)	(210)
Lucro Real antes da compensação dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL	180.932	153.119
Lucro Real	180.932	153.119
IRPJ – 15% e adicional de 10%	45.209	38.256
Reversão (Provisão) de crédito fiscal	4.258	(9.016)
Despesa com IRPJ	49.467	29.240
CSLL – 9%	16.284	13.781
Reversão (Provisão) de crédito fiscal	1.533	(3.246)
Despesa com CSLL	17.817	10.535

26. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, a empresa estava em processo de contratação de seguros.

HUGO LEONARDO FERRAZ
SANTIAGO:05800794499
Assinado de forma digital por HUGO LEONARDO FERRAZ-SANTIAGO:05800794499
Dados: 2024.04.16 13:53:24 -03'00'

Hugo Leonardo Ferraz Santiago
CPF nº 058.007.944-99
Diretor Administrativo-Financeiro

GLAUBER RAMOS OLIVEIRA DE ASSIS
Assinado de forma digital por GLAUBER RAMOS OLIVEIRA DE ASSIS
Dados: 2024.04.15 15:20:01 -03'00'

Glauber Ramos Oliveira de Assis
CPF nº 027.784.974-80
Contador CRC-PE 017099/O-9

* * *